

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.631 - PR (2019/0027203-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E
TECNOLOGIA - INMETRO
RECORRIDO : ORLANDINI & RODRIGUES LTDA
RECORRIDO : SANDRA MARCIA ORLANDINI
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em 13/12/2018, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SERASAJUD.

Em execução fiscal, a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes deve ser realizada pelo próprio exequente. Precedentes desta Corte" (fl. 23e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao artigo 782, §3º, do CPC/2015, sob os seguintes fundamentos: a) "a medida coercitiva pretendida é aplicável à execução de títulos extrajudiciais, tal como a Certidão de Dívida Ativa, cujo processo de execução rege-se pela Lei 6.830/80" (fl. 30e); b) "o §5º do artigo 782, ao determinar que 'o disposto nos §§3º e 4º aplica-se à execução definitiva de título judicial', o fez com o objetivo de possibilitar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, também nos casos de cumprimento de sentença, uma vez que não houve essa previsão expressa na parte específica do Código que tratou do tema, e não com o propósito de excluir essa alternativa das execuções de título extrajudicial" (fl. 30e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 37/38e).

A irresignação não merece prosperar.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"A providência a cargo do Juízo, todavia, restringe-se às hipóteses de execução definitiva de título judicial, nos termos do § 5º do artigo 782 do CPC.

Nas execuções fiscais, a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes deve ser realizada pelo próprio exequente" (fl. 21e).

Com efeito, constata-se que o artigo 782, §3º, do CPC/2015, indicado como violado, o qual se refere aos poderes e deveres do juiz, não possui comando capaz de infirmar a determinação contida no acórdão recorrido, no sentido de que a providência, no caso de execução fiscal, fica a cargo do próprio exequente. Assim, é o caso de incidência, por analogia, do óbice previsto na Súmula 284/STF.

Em igual sentido, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas, em situações análogas as dos autos: STJ, REsp 1.722.546/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 15/05/2018; STJ, REsp 1.718.800/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 08/02/2018.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora